

A NÃO ESPACIALIDADE DA NATUREZA

Lenyra Rique da Silva*

Um dos maiores problemas da Geografia, enquanto ciência é o dualismo existente no seu interior. A maioria dos profissionais dessa área vêm enfrentando essa questão com “naturalidade”: “há uma divisão da Geografia mas eu não sei com resolver”. É assim que funcionam todos os cursos de Geografia. Com dois campos: Geografia Física e Geografia Humana. Em cada uma dessas Geografias está contida outras divisões. De um lado estão as disciplinas ditas sociais, porque tratam dos fatos relacionados com o homem e de outro estão aquelas que estudam a natureza física ligada ao campo das ciências naturais. Disciplinas, tais como os vários tipos da Geomorfologia, de Climatologia, Biogeografia, Hidrografia, e mais recentemente a Ecologia.

O pluralismo geográfico não é só antigo como atual, próprio da Geografia moderna, que tem pouco mais de cem anos de existência, quando ela surgiu na Alemanha e na França, desvinculada da História e da Geologia, mas sofrendo as pressões de estudiosos dessas áreas, por tratar de assuntos que lhes dizem respeito. Ela trazia na sua estrutura o binômio homem x meio, que evoluiu em dos sentidos: considerar que o homem é fruto do que o meio determina, ou que o homem age sobre o meio e o transforma.

A Geografia sistematizou-se tendo a Terra como seu objeto de estudo e o humano de sua preocupação, prendia-se a um homem natural que completava, ou só era entendido no contexto total da paisagem. Os primeiros estudiosos alemães fizeram uma Geografia Geral, que tratava de todos os elementos pertinentes a superfície terrestre: ora voltada para o estudo dos lugares, ora, voltada para o estudo do território, das áreas. Em contraposição, alguns anos depois, os franceses criavam uma geografia regional, para fugirem das críticas de estarem entrando em campo de ciências afins a partir do estudo da “individualidade dos lugares” exaltadas por estudiosos alemães, particularmente Karl Ritter. A Geografia Regional dimensionava a relação do homem em um determinado ambiente com características próprias que o diferenciava dos demais. Na Geografia Geral, os fatos do homem ou da natureza, são tratados enquanto generalizações; na Geografia Regional o homem e o meio têm um tratamento mais detido, a intervenção do homem na natureza, ou a influência desta sobre ele, são vistas com maior aproximação, por isso, com mais detalhe. No entanto, a atenção sempre é dada a distinção entre o quadro humano e o quadro físico um só é tomado ao lado do outro na medida em que complementa uma explicação da paisagem, quer dizer o estudo do meio físico se dá separadamente da ação do homem.

Os trabalhos de pesquisa assim como o ensino tiveram sempre essa tendência separatista. O professor da chamada Geografia Humana nada estuda sobre a

* Profesora Visitante do Mestrado de Geografia da UFSC/Brasil.

natureza dita física e os geógrafos físicos, à exceção daqueles, que, procurando um caminho dialético vêm desenvolvendo seus estudos na linha dos ecossistemas ou Geosistemas, em que associam a dinâmica da natureza a ação antrópica, também não têm interesse pelo social. Estudam o físico pelo físico simplesmente.

O pesquisador de Geografia Humana tem todo seu aporte no social procurando tradicionalmente ser geográfico quando inclui em seus trabalhos dados relativos a localização da área pesquisada, as coordenadas geográficas e também descrevendo o ambiente físico em que seu trabalho se desenvolve.

A nossa preocupação em comentar esse contexto característico de quem está envolvido na Geografia, reside no esforço de tentar mostrar que nós estamos cada vez mais tomando caminhos equivocados quanto a marca científico-geográfica e que tendemos a uma covarde acomodação diante do que se defronta para nós como desafio a ser vencido na discussão teórica e numa prática que vise a unidade da ciência distante da unidade do todo. Caso contrário ela sucumbirá no desgaste de suas insoluções porque tomou dois caminhos paralelos que se distanciam ao longo de duas retas, sem haver uma tentativa de tirá-la da linearidade, tornando seus caminhos sinuosos, semicirculares, por isso mais complexos e portanto mais reais. Já é tempo do geógrafo acordar para o desafio e livrar-se das correntes que o deixa preso a duas faces opostas que podem lavar a qualquer interpretação factual ou causal e momentânea, mas nunca a uma constatação do que é “ser” Geográfico: a uma integração da Geografia.

Nos trajetos teórico-metodológicos que a ciência geográfica vem tomando nos últimos cem anos a preocupação com a paisagem sempre esteve muito presente. O que vem sendo os trabalhos de campo senão observações do que é percebido com os nossos sentidos aguçados? O segmento crítico que procura se firmar nos últimos 10 anos no Brasil rejeita a visão paisagística dos geógrafos retrógrados e procuram a totalidade concreta da Geografia, mas parecem sempre esbarrar na rigidez da paisagem, visto que a totalidade não torna-se inteligível pela magnitude como é pensada. Muitos crítico-geógrafos afirmam que a nova tendência não tem que se preocupar com o que é estudado na Geografia Física separada da humana ou vice-versa, cada estudioso deve tratar de sua área com a devida competência metodológica, porque é impossível adotar-se um método de abrangência que leve o físico a entender o social ou o geógrafo humano a entender o que a física trata. Quando muito eles trocam entre si algumas idéias em gabinetes ou salas de aula. O professor de Geografia Física pode eventualmente dar aula para o professor de Geografia Humana, a fim de “preencher lacunas” na sua disciplina e mais nada. Será que não competiria ao geógrafo crítico quebrar a divisão da Geografia buscando a unidade da ciência a partir da diversificação que vem fazendo dela uma ciência desdenhada pelos cientistas críticos de outras áreas por pretender abordar dois campos do conhecimento ao mesmo tempo? De um lado as ciências da natureza – Geografia Física; do outro a ciência social que se preocupa com as relações do homem com o homem na Geografia Humana.

Se o geógrafo crítico souber ser dialético é possível que ele interprete que é nessa aparente oposição que a ciência vem se apoiando sem qualquer firmeza, que existe uma unidade. Quando estudamos como os homens produzem os mais variados valores de uso contendo no seu ser valor de troca, não enquanto individuais pessoais, no trabalho concreto, mais como homem geral no trabalho abstrato nas sociedades históricas, para reproduzirem suas vidas, ou quando nossa investigação está voltada para as formas de relevo, ou clima, ou os rios e a vegetação, ou os solos e as rochas, nós estamos estudando a NATUREZA.

Do ponto de vista dialético o que não é natureza na vida da terra? Nada. Desde os microrganismos nos ecossistemas naturais, até as formas mais sofisticadas de máquinas robotizadas ou computadorizadas; do raio de sol ao raio laser” tudo é natureza. Tudo é criado pela natureza exterior ao homem ou interior a ele e por este produzido, que isso contém fração de sua natureza é natureza. Nesse aparente reducionismo só procuramos ser científicos. O vir a ser, ou o que nos cerca e cada um de nós somos natureza. Natureza interior e exterior ao homem, natureza humana e física, natureza orgânica e inorgânica, natureza primeira e segunda natureza, natureza animal e natureza social. Caberá a Geografia, dentro dessa abrangência quase imperceptível, centrar sua preocupação no espaço produzido enquanto que o social-natureza e a natureza social se entrelaçam. A natureza física e humana se recriando e a natureza social se reproduz uma, interferindo na outra com sutilidade ou não, seja a través das relações de produção (sociais) como pelas relações naturais contidas ou não nas relações de produção (As demais relações ecológicas, culturais, biológicas etc. Também responsáveis pelo espaço produzido pertencem ao campo de outras ciências).

O homem, unidade e ao mesmo tempo síntese do social (enquanto pessoa e espécie) é indiscutivelmente natureza. Natureza que pensa, se organiza e luta. Natureza orgânica porque tem uma vida mecânica dentro de si e inorgânica porque contém uma dimensão espiritual e inelectual, num corpo também inorgânico, que o faz transformar continuamente o que está fora dele e dentro de si. No homem reside a dupla determinação do natural e do social, do indivíduo natureza e da pessoa social. O motor da história é movido pela natureza pensante universal que produz desde os objetos mais simples, aos mais requintados, ao mesmo tempo que produz sua vida e sua história. Essa natureza humana pensante e universal pela sua função – o trabalho – não é dona de sua vida, não produz o que quer nem constrói a história da sua verdade. Ela é instrumentalizada pela força de um poder que lhe é muito estranho e que comanda todos os seus passos e que ao mesmo tempo é produzido por ela, sem o saber, na relação social de troca do universo capitalista e fora dele. Depois volta-se para o homem social que é ao mesmo tempo natureza humana, como um total inimigo. A força do dinheiro mercadoria, do dinheiro poder, do dinheiro capital. Ele é feito da energia de muitos trabalhos individuais diluídos num processo de trabalho desumanizador, porque reduz a maioria dos homens a uma existência bestial, por isso inamaleável já que o que ele recebe do seu trabalho lhe garante uma ração diária não para reproduzir-se como homem, como gente, mas como coisa força de trabalho. A força do dinheiro, seja qual for a expressão que ele

tome, significa o poder de homens hominizados reproduzirem-se como gente nas classes privilegiadas que eles criam e recriam e de terem todos os direitos na sociedade que eles dividiram. Esse mesmo poder produz e reproduz a sua antítese, a classe dos despossuídos, cuja reprodução sempre está bem abaixo de qualquer noção universal de humanidade. Os despojados de direitos mínimos de sobrevivência humana somam a maior parte dos trabalhadores do mundo capitalista. Não nos referimos nessa análise aos trabalhadores, operários ou não, das formações sócio-econômica, nem tecnológica, nem política – esta é somente revestida de farsa. Basta atentar para a maioria esmagadora dos países de todos os continentes, a exceção da Europa para que não haja qualquer dúvida à essa afirmação. É possível que a maior eficiência do capital no desenrolar de sua história tenha sido a separação dos trabalhadores enquanto consciência de classe. É sobre essa consciência que elocubraremos em seguida, na tentativa de procurar o aversso da luta de classes; não as suas manifestações externas, mas sua construção enquanto momento de um processo psíquico-intelectual a nível da natureza humana, do homem indivíduo.

Contrariamente a percepção de humanidade existente entre os homens das classes privilegiadas, está na relação desses com aqueles desprovidos de direitos que têm a natureza humana aviltada. Se a hominização desaparece nos homens das classes subordinadas perante a humanidade da classe poderosa, isso só é possível porque os seus componentes são diariamente enriquecidos pelas energias daqueles. Para que um se reproduza na sua plenitude humana o outro se rebaixa a condição inhumana e a sua ahumanidade é transferida para os objetos que ele produz e que garante a riqueza de quem os explora.

O capitalista ama as suas apropriedades. Os grandes sentimentos que justificam sua hominização se manifestam diante do objeto inanimado mas que para ele tem vida, garante o seu esplendor, o alimenta; enquanto o outro que faz tudo é um ser sem alma, vazio. Assim é a história da natureza humana na sociedade capitalista.

É dessa relação desumanizada e ao mesmo tempo hominizada, a primeira entre o dono da riqueza e o trabalhador, que para ele é coisa; e a segunda entre o mesmo proprietário e a coisa produzida pelo mesmo trabalhador, ou por ele feita nos serviços dos mais variados setores. (a coisa para ele tem vida, porque tem a humanidade do trabalhador), que se reproduzem as classes sociais no seio das quais, os que as constituem, produzem suas vidas diferenciadas, por vezes opostas, mas ao mesmo tempo, contraditoriamente, formando uma unidade que os torna iguais – natureza. E quanto mais a sociedade capitalista se desenvolve, mais a história dos homens separados em classes e unidos na humanidade contrastante de suas naturezas humanas, despojadas por um engrandecidas por outro, se faz de forma conflituosa e invertida, reproduzindo outras classes determinadas sempre pela necessidade das coisas reproduzirem-se em escala crescente e serem consumidas. A história do homem é a história de sua natureza humana e social em conflito e luta constante com seu interior e seu exterior, no trabalho e fora dele, na própria classe ou entre as classes e principalmente pela superação das classes sociais.

Sejam quais forem os homens nas classes sociais presentes na sociedade capitalista ou em outra qualquer, distantes entre si pela desigualdade, pela apropriação da riqueza produzida, ou pela ideologia, pela questão política ou burocrática por mais aparentemente que um ser humano esteja despojado de sua natureza humana pela automação que um sistema ou outro lhe imputa, eles se unem na relação direta e orgânica que têm com a natureza física: o ar. Este se constitui na síntese da combinação entre os diversos componentes da natureza física para ser utilizado pelo homem como seu maior e principal alimento. Ele (o ar) sintetiza a natureza exterior ao homem e com a qual ele necessariamente, continuamente está em relação íntima. O ar obriga os homens distantes nas suas classes, separados pela imposição de vontade daqueles que construíram para si uma história de poder e de tudo decidir, a se socializarem¹.

As diversas naturezas humanas, seja qual for o lugar delas num mundo dividido pelos ditames dos sistemas econômicos, têm uma união entre si, por meio da natureza que lhe é exterior e que escapa a sua produção. Quando o homem respira, inspira toda criação externa da qual ele não participa, ele entra indiretamente em contato com a terra, a vegetação, as rochas. Para que o ar respirado exista é imprescindível a combinação harmoniosa entre todos esses elementos. Por isso o ar é só exterior a seu corpo; e assim como há uma universalidade no homem através do trabalho, há uma universalidade da natureza que lhe é externa por meio do ar. Quando o homem respira não utiliza um ar existente num dado espaço. O ar não tem fronteira, nem barreira espacial, não tem espacialidade. Isso quer dizer que os demais componentes da natureza física que se relacionam com o homem através do ar também não tem qualquer espacialidade. A ação conjunta de todos os elementos que resulta no ar que o homem respira, não se faz aqui ou ali e sim em todos os lugares ao mesmo tempo, sofrendo determinações locais, é claro (latitude, altitude e alguns outros fatores que são imperceptíveis ao sentido do homem). A espacialidade que o homem registra é aquela que lhe cerca, a paisagem local, que seja no mundo das coisas naturalmente criadas ou socialmente produzidas, constituem uma pequena totalidade de um processo ao qual está submetida toda natureza física ou social.

A formação dos diversos tipos de vegetação, do relevo, dos minerais, do solo, enfim, de todos os chamados elementos da natureza se dá no tempo natural que escapa ao relógio dos homens. O que este visualizam na paisagem é um momento dessa formação visto que a vida humana é infinitamente pequena para testemunhar ou acompanhar as criações da natureza física. Sabemos que as formas de relevo existentes na superfície da terra correspondem a milhões de anos de formação, que na escala geológica significa muito pouco. Esse processo se estende também aos demais elementos da chamada natureza física. Há por exemplo, uma teoria de que o pediplano sertanejo do nordeste já foi coberto pelo

¹ É necessário frisar que esta socialização distante de ser uma relação social é somente natural. A nossa intenção em abordá-la prende-se a preocupação que temos em destacar a forte relação que há entre as “duas” naturezas; e como uma está na outra embora sejam diferentes.

mar, ou foi úmido em outros períodos geológicos. Onde hoje existe uma vasta vegetação no passado geológico poderia corresponder a um ambiente diferente ou mesmo oposto ao atual. Se tudo está em movimento e transformação na natureza como podemos nos calcar na teoria espacialista para explicá-la? Seria limitar o nosso conhecimento ao que é possível descobrir somente através dos olhos.

Quando nos atemos na intimidade existente entre o homem e o ar, não significa que pretendemos entrar no mérito da qualidade do ar respirado pelas classes privilegiadas, que além de habitarem muito bem, não trabalham em recintos, com excesso de pessoas. Ao contrário de trabalhadores que além de morarem em locais sem higiene onde o ar é impregnado de maus odores, podem ter no local de trabalho problemas de circulação de ar (minas), de sobrecarga de elementos químicos ou não (indústrias petroquímicas, serrarias, indústrias de cimento etc.), ou respirarem um ar doentio, em recintos, nos quais, eles, muitas vezes, disputam com as máquinas um lugar para ficarem de pé. Tudo isso é real. No entanto, os privilegiados da sociedade de classes em geral, somente na aparência podem estar respirando bem. Contraditoriamente, o avanço tecnológico, característico da eficiência capitalista no campo da ciência, levou a poluição do ar a todas as classes sociais. Que dizer, os senhores das grandes decisões econômicas vêm intoxicando lentamente a si próprios e aos que nenhum direito têm de decidir (o que é mais grave), na medida em que são responsáveis pelo lançamentos não degradáveis, ao mesmo tempo em que destroem o equilíbrio ambiental, por outras vias, na busca alucinante da ampliação de suas fortunas. Por tudo isto, o oxigênio, necessário à vida está ameaçado. Estudos especializados vêm sendo feitos e não nos compete aqui qualquer argumentação mais apurada a esse respeito, inclusive, por não ser da nossa competência. Nossa referência ao ar está diretamente ligada a um dos nossos objetivos nesse trabalho, que é o de tentar explicar a presença da natureza "física" de forma muito direta e contínua na vida humana, sem especialidade medida ou percebida. Por outro lado, queremos também realçar que a relação do homem com a natureza não é puramente voltada para o trabalho, mas uma relação vital e nesse caso nenhuma classe social é excluída, sua exclusão servia a própria perda da vida.

Se hoje o homem respira numa atmosfera semi-destruída, esse processo não teve início nos nossos dias, nem obedece a qualquer limite físico, visto que até nas regiões polares foram registrados abalos na camada de Ozônio que envolve a atmosfera.

Quando o mundo, dito desenvolvido, seja através de associações ecológicas, verdadeiramente preocupadas com os rumos da destruição ambiental em que o homem ocupa o lugar principal, ou de governos comprometidos com as classes que lhes dão sustentação, depertam para a destruição de 46 milhões de Ha de floresta na amazônica e exigem um basta na sua depredação, significa que esta interfere no ar que respiramos, independentemente da classe social, na qual estejamos.

A floresta Amazônica tem hoje uma localização que possivelmente não existia em eras geológicas passadas. Isto é, foram necessários alguns milhares de anos para que ela se formasse e o homem na sua rápida presença na Terra, nas sociedades historicamente determinadas tendem a destruí-la. Isto porque, as classes hegemônicas da sociedade capitalista nunca exerceram qualquer controle ou racionalidade no que é utilizado na natureza “física”. O seu racionalismo prende-se a perpetuação dos seus poderes, através da acumulação de riquezas que se dá com a transformação da natureza em capital ou em seu equivalente, ou de seu gerador, quer dizer, com o desenvolvimento das forças productivas.

A não especialidade do capital que está na sua mobilidade, chegou a Amazônia sedenta de reprodução ampliada e de terras. Aí instalaram-se grandes projetos transnacionais, ao mesmo tempo em que milhões de hectares de terra, foram para as mãos de conglomerados econômicos poderosos. A terra também não tem especialidade – a não ser pelas delimitações imperativas da propriedade privada – mas é imóvel, por isso o capital a procura onde ela ainda não se constituiu em monopólio privado da classe dos proprietários dos meios de produzir.

Os alicerces da burguesia tornam-se fortalecidos na Amazônia, pela união entre o capital e a terra. A burguesia busca aumentar sua taxa de acumulação em qualquer espaço da sociedade capitalista; sua pátria é a mesma do capital e da propriedade fundiária, sua alocação se dá, onde as perspectivas de ganhos ampliados são garantidos. Por tais razões vem acontecendo na Amazônia um casamento perfeito para os donos do mundo fetichizado e alienado. Aí a junção do capital com a terra determinam uma exploração do trabalho que atinge os limites da capacidade produtiva de cada trabalhador; lhe rouba parte de sua essência humana que é transferida para as mercadorias, as quais garantirão a essa burguesia maiores volumes de lucros, num ritmo progressivo de concentração, ao mesmo tempo em que empobrecem a natureza humana dos trabalhadores e da natureza nata. Arrancando ou queimando a vegetação e eliminando os frutos que a terra dá.

A presente ameaça do “envenenamento” dos nossos pulmões obrigam os responsáveis pelas enfermidades oriundas do desplanejamento do desenvolvimento capitalista a saírem em brados de “salve a Amazônia”, porque morando na Europa ou na América sentem-se assustados com os resultados que irão obter. Onde está a especialidade da Amazônia? Nos milhões de hectares que forma o colosso verde localizado no coração da América? Ou aquele quadro não é só paisagem que esconde toda uma dinâmica, a qual, escapa, em princípio, à compreensão humana? Caso contrário, por que sua possível destruição não se limitaria a amedrontar os moradores de suas vizinhanças? A verdade não seria aquela abordada acima? Tudo na natureza está em formação-transformação e quando o homem interfere no ritmo de sua história, mesmo na sua vida passageira, parente a idade da outra natureza, é afetado pelos seus grandes efeitos, mesmo estando a milhares de quilômetros de distância da destruição ou semi destruição de parte de um ambiente.

As formas de relevo, das mais elevadas às mais baixas depressões interferem na vida humana; seja indiretamente, pela sua influência na dinâmica atmosférica, seja pela apropriação das classes que detêm o monopólio da decisão. O capital não se fixa em topos de montanhas, encostas escorregadias, ou baixadas inundadas, ele sempre se apodera das melhores formas.

A importância das formas de relevo na distribuição do ar não submete-se a qualquer organicidade compartimental, caso contrário as massas que se deslocam dos pólos não provicariam danos em alguns lugares e, ao mesmo tempo que amenidades noutros. Se assim não fosse, a incidência direta de raios solares no Equador, faria essa área efervescente e totalmente insalubre, mas, ao contrário, aí estão as florestas mais úmidas e compactas do planeta. Do ponto de vista social, a propriedade privada capitalista ocupa intensamente as planícies e planaltos suaves, seja para remuneração da reprodução burguesa enquanto camada privilegiada ou para a reprodução de sua natureza humana, ávida de bem estar.

Os minerais e as rochas constitutivos do relevo terrestre, que têm valor econômico, são procurados pelas elites econômicas do mundo inteiro, através de acordos formais com os governos que sempre lhes representam.

Os rios, cascatas, quedas d'água, não são passíveis de apropriação para se transformarem em fontes de enriquecimento. Marx disse "Uma coisa para ser vendida basta que seja susceptível de monopólio e alienável" (1480-727).

Os fatos acima arrolados representam alguns exemplos que corroboram o princípio da não especialidade da natureza como um todo, quer pelo prisma da natureza "física" ou da natureza humana, a primeira subordinada a uma determinação natural e a segunda a uma decisão histórica, classista. A espacialidade da natureza exterior ao homem, não produzida por ele, é enganosa e só pode ser defendida por meio de análises instantâneas dos fatos. Quando argumentamos contrariamente, tentamos interpretar, que a espacialidade não passa de uma ilusão, a qual confunde-se com a falsa síntese da paisagem.

O estrato físico brasileiro (a terra), por exemplo, é propriedade de todos os brasileiros, ou suas maiores extensões não pertencem a uma reduzida camada social – a burguesia – que, conforme afirmamos anteriormente, está em qualquer lugar que lhe convenha lucrar? A todo momento, nesse país, a disputa de terra para viver, quer para trabalho, quer para moradia, por parte dos excluídos do sistema de privilégios, torna-se acirrada e violenta. Os milhares de sem-terra do campo e sem moradia na cidade, reclamam pelo direito primário de terra para produzir alimentos e de ter nas cidades um espaço para erquerem suas moradias e o arbítrio do poder institucionalmente constituído, não só lhes nega esse direito, como lhes elimina a vida com freqüência pelos seus reclamos, particularmente no campo o grande reduto da propriedade privada capitalista da terra de exploração, ou melhor dizendo, da terra de trabalho alienado.

BIBLIOGRAFIA

- VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Filosofia da práxis. Pax e Terra, 1984.
- LUKÁCS, George, Introdução a uma estética marxista. Civilização Brasileira, 1978.
- A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- Existencialismo ou marxismo. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1981.
- A questão meridional. Paz e Terra, 1987.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Paz e Terra, 1977.
- ALTHUSSER et alii. "Da Ideologia". Zahar, 1983.
- ANSAR, Pierre. Ideologias, conflictos e poder. Zahar, 1978.
- LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Zahar, 1983.
- BORNHEIM, Gerd A. Dialética – teoria práxis. Ed. Globo, 1983.
- GOLDMAN, Lucien. Dialética e cultura. Paz e Terra, 1979.
- LLANOS, Alfredo. Introdução da dialética. Civilização Brasileira, 1984.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Paz e Terra, 1976.
- DUARTE, Rodrigo A. De Paiva. Marx e a natureza em "O Capital". Loyola, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. Espacio y Política. Ed. Península, 1976.
- Lógica formal e lógica dialética. Civilização Brasileira, 1983.
- La production de l'espace. Ed. Anthropos, Paris, 1981.
- LIPIETZ, Alain. O capital e seu espaço. Nobel, 1977.
- HARVEY, David. A justiça social e a cidade. Hucitec, 1980.
- PAULO NETO, José. Capitalismo e reificação. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

CARTORIADIS, Cornelius. Socialismo ou Barbarie.

----- A constituição imaginária da sociedade.

----- Os destinos do totalitarismo. L&PM Editores, 1985.

MARX, Karl. Teorias da mais vaia (Livro 4 de O Capital) Volumen I – Civilização Brasileira – 1980.

----- Contribuição a crítica da economia política. Martins Fontes, 1983.

----- O Capital. Livro I, volumes I e II, livro 2 – Civilização Brasileira, 1980.

----- O Capital. Capítulo VI (Inédito).

----- Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844.